

**PROCESSO** - A. I. Nº 000553.0010/12-8  
**RECORRENTE** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECORRIDO** - SÓLIDA ESTRUTURAS PRÉ-MOLDADAS LTDA.  
**RECURSO** - RECURSO DE OFÍCIO - Acórdão 3ª JF nº 0181-03/13  
**ORIGEM** - INFAZ FEIRA DE SANTANA  
**INTERNET** - 26.11.2013

## 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO CJF Nº 0337-12/13

**EMENTA:** ICMS. NULIDADE. FALTA DE CERTEZA E LIQUIDEZ DO LANÇAMENTO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. É nulo o procedimento fiscal que não contenha, de forma clara e compreensiva, a demonstração da base de cálculo e o método aplicado para a apuração do tributo. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

Cuidam os presentes autos de Recurso de Ofício interposto pela 3ª Junta de Julgamento Fiscal em relação a Decisão proferida através do Acórdão nº 0181-03/13 que decidiu pela nulidade da infração 1 do Auto de Infração em referencia, que aponta a seguinte infração à legislação tributária estadual:

*Infração 01: Omissão de saídas de mercadorias tributárias, apurada através de entradas de mercadorias não registradas. Valor do débito: R\$47.770,00. Multa de 100%.*

A 3ª JF decidiu a lide com fundamento no Voto a seguir reproduzido (infração 1):

(...)

*Em relação ao item 01 do Auto de Infração, o autuado requer a improcedência alegando que a exigência fere o Princípio da Legalidade, tendo em vista que o valor de R\$281.000,00 apurado refere-se à contabilização de arrendamento mercantil de veículos que foram contabilizados no Ativo Imobilizado com base nos contratos nºs 619613-6 e 616920-1, da Santander Leasing S.A., fls. 30 a 39, e os pagamentos realizados em parcelas conforme definidas no contrato e lançados no Razão Analítico, fls. 39 a 41.*

*Ao compulsar os elementos fundamentam a acusação fiscal atinente à infração 01, que exige o valor de R\$47.770,00 decorrente da aplicação da alíquota de 17% sobre a base cálculo no valor de R\$281.000,00, fls. 01 e 06, verifico que constam às fls. 07 a 15, cópias do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado, dos exercícios 2008, 2009 e 2010 do autuado, e cópia do Danfe nº 1.154, fl. 21, no qual consta o valor total da operação de R\$946.379,11.*

*Apesar dos valores acima aludidos, base de cálculo, alíquota e valor do imposto, constarem no demonstrativo de débito, fl. 06, inexistem nos autos qualquer informação ou demonstração da origem e obtenção do valor R\$281.000,00, adotado como base cálculo, se confrontado com o Danfe acostado aos autos. Ou seja, não foram trazidas aos autos a documentação e os elementos imprescindíveis para comprovação da ocorrência do fato gerador.*

*Assim, diante da falta, nos autos, dos elementos indispensáveis à comprovação da ocorrência do fato gerador e da demonstração da obtenção da base de cálculo adotada para o cálculo da exigência fiscal, resta configurado o cerceamento de defesa e a falta de elementos suficientes para se determinar com segurança, a infração, afigurando-se, portanto, passível de nulidade da autuação fiscal.*

*Por conseguinte, com fundamento no art. 18, II e IV, “a”, do RPAF-BA/99, concluo pela nulidade da infração 01, com fundamento no art. 156 do mesmo regulamento, recomendo à autoridade competente a renovação do procedimento fiscal a salvo de falhas no sentido de exigir o crédito tributário a favor da Fazenda Pública da Bahia.*

*Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, devendo ser homologados os valores já recolhidos.*

Diante da Decisão supra, a 3ª JF recorreu de ofício para uma das Câmaras de Julgamento do CONSEF em obediência ao disposto art.169, inciso I, alínea “a”, item 1, do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 13.537, com efeitos a partir de 20/12/11.

## VOTO

Examinando a documentação presente nos autos, posso afirmar, logo de início, que não carece de reforma a Decisão recorrida, ante as razões que passo a expor.

A acusação é de que ocorreu "*omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de entradas de mercadorias não registradas*" (sic). Aponta uma base de cálculo no valor de R\$281.000,00 com ICMS lançado na ordem de R\$47.770,00 calculado à alíquota de 17%. Ocorre que o contribuinte arguiu que o Fisco apresentou o montante apurado sem observância dos seus lançamentos contábeis, constantes no grupo Ativo Imobilizado, e faz juntada, a título de comprovação, cópia dos contratos nºs 619613-6 e 616920-1 do Santander Leasing S.A., bem cópia do livro Razão Analítico, apontando os respectivos pagamentos.

Por seu turno o autuante, quando da informação fiscal, ignorou totalmente os argumentos do recorrido, expressando-se na forma que segue: "*observe-se que a mesma não comprovou a escrituração das respectivas notas fiscais nos livros fiscais próprios e obrigatórios, o que efetivamente confirmaria a aquisição destes bens. Desta forma, entendo que existiu outra entrada de um patrimônio que não fora devidamente escriturado e/ou contabilizado, razão pela qual, mantenho a autuação*".

Os fatos acima nos leva à seguinte conclusão: o lançamento padece de elementos probantes que lhe dê sustentação, a começar pelo Termo de Início de Fiscalização, fl. 3, totalmente ineficaz, pois lavrado em folha avulsa, sem a ciência do contribuinte na data da lavratura e sem comprovação de que se refere a cópia extraída do livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrência, portanto, ao contrário do dito pelo autuante, o termo não foi lavrado na forma da lei.

O ponto seguinte que cito, que é o mais importante, se refere a falta de clareza na determinação do valor da base de cálculo, visto que, apesar da acusação se referir a entradas de mercadorias não registradas no valor de R\$281.000,00 não há indicação de como se chegou a tal valor. Note-se que a acusação se refere a entradas de mercadorias não registradas, porém, além da falta de demonstração da forma utilizada para determinar esse valor, não especifica onde não ocorreu o registro, se na escrita contábil, na escrita fiscal ou em ambas. Isto tem importância para se aferir se a infração pode ser considerada como omissão de saídas anteriores de mercadorias tributáveis (presunção) ou passível apenas de multa pelo descumprimento de obrigação de natureza acessória.

Desta maneira, considero correto o posicionamento da Junta de Julgamento e voto pelo Não Provimento do Recurso de Ofício, com homologação da Decisão recorrida.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **000553.0010/12-8**, lavrado contra **SÓLIDA ESTRUTURAS PRÉ MOLDADAS LTDA.**, devendo ser intimado o recorrido para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$11.454,19**, acrescido da multa de 60%, prevista no inciso II, "f", do art. 42, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologados os valores já recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 21 de outubro de 2013.

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA - PRESIDENTE/RELATOR

ÂNGELI MARIA GUIMARÃES FEITOSA - REPR. DA PGE/PROFIS